

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021 – R1

*Realizado
em 18/01/2021.
Manoelton*

A licitante VIGÍLIA BRASIL SERVIÇOS LTDA ME, inscrita sob o CNPJ de nº 06.038.700/0001-51, vem à presença de Vossa Senhoria, por seu representante constituído, na forma da Legislação Vigente, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra declaração de inabilitação da impetrante, visto ausência de diligência para correção dos erros presentes nas planilhas de composição de custos, bem como contra tratamento diferenciado recebido pela empresa MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI, inscrita sob o CNPJ de nº 04.312.370/0001-15 no presente certame.

1) DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA

Ao analisar os autos do presente certame, verifica-se que a empresa VIGÍLIA BRASIL SERVIÇOS LTDA ME, inscrita sob o CNPJ de nº 06.038.700/0001-51, foi declarada como inabilitada pela Comissão de Licitação, na figura do Senhor Pregoeiro por conta de equívocos na formulação de planilhas de composição de custos, sendo estes apontados pela Divisão de Suprimentos do presente Órgão.

Desse modo, seguindo os preceitos previstos na legislação vigente, seria necessária abertura e utilização de diligência com intuito de resolução e correção dos desacertos verificados.

A possibilidade da comissão ou autoridade competente promover diligência, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, encontra-se disciplinada no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993.

A promoção de diligência é realizada sempre que a comissão julgadora, ou autoridade competente em presidir o certame, se esbarra com alguma dúvida, sendo mecanismo necessário para afastar imprecisões e confirmação de dados contidos nas documentações apresentadas pelos participantes do processo licitatório.

Nas palavras de Ivo Ferreira de Oliveira, que elucida com a clareza que lhe é peculiar, a diligência visa:

"(...) oferecer meios para que a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior possa promover inquirições, vistorias, exames pertinentes a questões que eventualmente surjam e até autorizar a juntada de documentos, permitindo à Comissão ou à Autoridade julgar corretamente o certame, graças aos esclarecimentos que a diligência lhe propiciou, mas sem perder de vista os princípios constitucionais e legais que norteiam o processo licitatório." (Ivo Ferreira de Oliveira, Diligências nas Licitações Públicas, Curitiba, JM Editora, 2001, p. 24.)

Vale observar que na redação do dispositivo em xequê diz respeito a faculdade da Administração realizar diligência. Não há discricionariedade da Administração optar ou não na realização de diligência, sempre que houver dúvidas sobre alguma informação a diligência torna-se obrigatória.

Com brilhantismo e clareza Marçal Justen Filho leciona:

"A realização da diligência não é uma simples "faculdade" da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização." (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.)

Destarte, a diligência não está condicionada a autorização prévia no instrumento convocatório ou ao pleito do particular, em verdade deve ser realizada de ofício visando salvaguardar a Supremacia do Interesse Público,

todavia, nada impede que na omissão deste haja provocação do interessado para sua realização e quando suscitada será obrigatória, excetuada a decisão motivada e satisfatória que justifique a negativa. Isto porque, é inquestionável, a realização da diligência depende de autorização da autoridade competente, ocorre que a negativa deve estar revestida de justificativa que demonstre a ausência de sua realização.

Para Marçal Justen Filho a ausência de cabimento da diligência ocorrerá em duas situações:

"A primeira consiste na inexistência de dúvida ou controvérsia sobre a documentação e os fatos relevantes para a decisão. A segunda é a impossibilidade de saneamento de defeito por meio da diligência. Em todos os demais casos, será cabível – e, por isso obrigatória – a diligência."(Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 805.)

A omissão acerca do prazo para realização de diligência, não autoriza que a Administração Pública disponha de ampla liberdade para realizá-la a qualquer tempo. A diligência deve ser efetivada em prazo razoável, cabendo à autoridade competente estabelecer desde logo, considerando as peculiaridades *in casu*. Bem como, deve ser antecedida de comunicação a todos os interessados, para que esses possam acompanhá-la, em obediência ao princípio da Publicidade, ao devido processo legal e ao contraditório os quais está submetida.

Mister evidenciar que a realização de diligência não visa beneficiar licitante admitido em licitação após superada as dúvidas inicialmente existentes em seus requisitos de classificação ou habilitação, ou prejudicar aqueles em que a diligência conduziu a sua exclusão. O objetivo nuclear é ampliar o universo de competição daqueles que efetivamente preencham os requisitos exigidos ou excluir do certame os competidores destituídos dos requisitos necessários.

Desse modo, vale salientar também o dispositivo previsto à IN nº 05/2017, mais precisamente em seu ANEXO VII A, item 7.9:

"7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;"

Sendo assim, conclui-se que a inabilitação da impetrante não merece permanecer prosperando, visto que o Senhor Pregoeiro e sua Comissão possuem dever legal de abrir diligência para correção de imprecisões na elaboração de planilhas, conforme preceitua a Instrução Normativa 05/2017, sendo esta norteadora dos procedimentos de contratação de Gestão de Mão de Obra.

2) DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE LICITANTES

É importante frisar, que a recorrente foi considerada como inabilitada pelo Senhor Pregoeiro, onde o mesmo utilizou-se do despacho exarado pela Divisão de Suprimentos da FAETEC como amparo para tal decisão. Tornando curioso o fato do mesmo não utilizar-se deste critério com o julgamento acerca da habilitação da empresa MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI, inscrita sob o CNPJ de nº 04.312.370/0001-15, onde esta foi devidamente considerada como HABILITADA, sem quaisquer observações sob os apontamentos feitos pelo setor técnico acerca das planilhas de composição de custos apresentadas pela licitante.

De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, são princípios expressos da licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo.

Dentre eles, destaco o princípio da igualdade entre os licitantes, a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum licitante. Desde que preencham os requisitos exigidos, todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia. Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

A importância da licitação para a Administração Pública e, por conseguinte, para o Direito Administrativo, manifesta-se no art. 37, XXI, da Constituição da República:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"

Assim, o princípio da igualdade dos administrados perante a Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

Portanto, conclui-se que houve favorecimento no julgamento das propostas apresentadas pela empresa MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI, enquanto comparada aos demais licitantes, prova concreta desta afirmação consiste no Chat da Sessão Pública, visto que as demais interessadas manifestaram de forma clara suas indignações contra tal ato da Comissão Permanente de Licitação, conforme doc. anexo.

DOS PEDIDOS

A presente empresa na qualidade de impetrante requer que este Recurso Administrativo seja devidamente PROVIDO através da HABILITAÇÃO da ora empresa VIGÍLIA BRASIL SERVIÇOS LTDA ME, visto que a recorrente demonstrou perante a peça recursal que se faz necessária tal manutenção da decisão exarada para que o Órgão possa cumprir com o disposto perante às Leis norteadoras dos procedimentos licitatórios, bem como jurisprudências e doutrinas.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021.



VIGILIA BRASIL SERVIÇOS LTDA ME